



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE

**ATA DA 10ª PLENÁRIA ORDINÁRIA DO CES/RS**

No dia vinte e dois do mês de junho de 2017, às 13h30min, no Auditório do Conselho, na Avenida Borges de Medeiros, 1501/9º andar, reuniu-se o Plenário do CES/RS, com os seguintes pontos de pauta: **1º) Inscrições de Assuntos Gerais; 2º) Aprovação da ata da 9ª Plenária de 2017; 3º) Informes; 4º) Expediente; 5º) Avaliação da Conferência Estadual de Saúde das Mulheres (CESMu); 6º) Informes da Conferência Estadual de Vigilância em Saúde (CVS); 7º) Comissões; 8º) Assuntos Gerais. Titulares:** Adão Zanandrea, Camila Jacques, José Hélio Freitas, Denize Cruz, Carlos Martins, Itamar Santos, Paulo Azeredo, Leila Ghizzoni, Carolina Gyenes, Eni Bahia, Stenio Rodrigues, Zila Cohen, Cristian Guimarães, Ana Maria Valls, João de Deus Pawlak,, Fernando Prati, Alcides Pozzobon, Elpídio Borba, Mara Soeiro, Alfredo Gonçalves, Aglaé Silva, Elizandra Ferronato, Helena Ransolin, Teresinha Cardoso, Bruno Naudorf. **Suplentes:** Roberta Silva, Maria Alice Lantmann, Rodrigo Castro, Simone Hahn, Sandra Schmitt, Károl Cabral, Jaime Ziegler, Mara Portal, Denilson Aguiar, Barbara Pires.. O vice presidente do Conselho, Itamar, dá as boas vindas e inicia com a inscrição para assuntos gerais. Posteriormente passa-se para o ponto da aprovação da ata da 9ª plenária, que é aprovada por unanimidade. No terceiro ponto de pauta, Itamar informa sobre o convite para o Seminário da Saúde da População Negra, que será enviado a todos por e-mail. O conselheiro Stênio reforça que o convite é uma parceria com a Comissão de Etnias do CES. Itamar informa que já está pronto o Relatório da CESMu e que, em breve, sairá o caderno pronto. Nos expedientes, é informado o recebimento de ofício sobre a troca de representantes da Fessergs no CES e é apresentado o conselheiro suplente da UFRGS que veio na sua primeira reunião. No ponto seguinte de pauta, é aberto um espaço para avaliação da CESMu. Itamar inicia cumprimentando a todos que participaram e trabalharam na conferência. Reconhece que houve problemas, mas que o resultado final foi bom e produtivo. Ressalta que faltou a participação mais efetiva dos conselheiros e solicita maior envolvimento dos mesmos. Também registra o pedido de desculpas ao Secretário de Saúde, Sr. João Gabbardo dos Reis, pela falta grave na solenidade de abertura da conferência quando do esquecimento de chama-lo para a mesa, mas que isso não justifica a saída do SR. Secretário da mesa, sem se pronunciar, após manifestações políticas da plateia de “Fora Temer”. Sandra Schmidt apresenta as propostas mais votadas que foram elencadas como prioritárias para a conferência nacional. Diz que o Cláudio, presidente do CES, avaliou positivamente a escolha dessas propostas. Informa que essas propostas serão enviadas a todos por e-mail para conhecimento. Avalia que a conferência foi surpreendente pelo trabalho que deu e pela participação, que foi maior do que se esperava. Informa que o relatório final está sendo concluído e faz um agradecimento especial ao pessoal da infra estrutura que fez mais do que caberia a eles. Márcia Camarano, jornalista, relata a grande participação das mulheres nos seminários, mas ressalta que foi um trabalho muito difícil de mobilização e execução da conferência. Que para quem viu foi muito boa, mas houve muitos problemas nos bastidores e aqui no CES, com alguns atritos que resultaram na saída de algumas pessoas do grupo, mas que as que ficaram continuaram trabalhando. Relata também que as conferências livres das mulheres em situação de rua e do Madre Pelitier foram muito positivas. De ruim, destaca que as mulheres trans se sentiram prejudicadas, pois não elegeram nenhuma como delegada. Considera também positivo o fato da criação de uma comissão de saúde das mulheres que será criada no CES. Carlos Corrêa Martins se diz surpreso com a fala anterior, pois não viu esses atritos e que considera a CESMu muito boa, apesar dos mesmos problemas de sempre, como a limitação na votação de propostas e a proibição de incluir propostas novas da etapa estadual. Considera o Regimento muito trancado. Acha que quanto maior a

participação, melhor e que nem todos os municípios conseguiram fazer e que deveríamos pensar num jeito de proporcionar maior participação e que devemos rever o processo. Ana Valls informa que participou nos bastidores e avalia a conferência como muito boa. Lembra que a organização da conferência foi prejudicada pelos meses de férias, mas que mesmo assim, foi muito boa. Destaca que houve municípios que fizeram conferências, elegeram delegados e não vieram para a etapa estadual, assim como houve casos em que os usuários não vieram e os trabalhadores e gestores entraram como convidados e não delegados. Relata que foi em torno de 223 municípios que fizeram e 198 validados e que houve município que fez tudo, mas não se inscreveu. Faz um agradecimento especial a Jaqueline, do Ministério da Saúde, que colaborou muito no auxílio aos municípios. Complementa que os municípios tiveram muitos problemas, principalmente por desconhecem os documentos. Informa que a delegação para a nacional já está pronta e destaca que são 5 homens no total. Por fim, avalia que todas as conferências têm problemas, mas que considera positiva a CESMu. Helena, do Sindfars, relata que foi a primeira conferência que participou e achou muito interessante. Que foi coordenadora de grupo de última hora, mas achou muito válida a conferência. Destaca que houve problema na organização, inclusive com desperdício de material e que devemos rever isso. Sandra Schmidt lembra que teve orientação do COSEMS para a não realização das conferências e que, por isso, muitos municípios fizeram de última hora e foi uma correria. Ressalta que o Regimento, com as regras da Conferência, foi votado aqui por todos. Itamar destaca que as regras das conferências são votadas no CES e que mesmo assim os municípios têm dificuldades. Eni Bahia questiona o que será feito com os municípios que nunca assumem suas responsabilidades por não fazer suas conferências, ressaltando que vários municípios, mesmo com dificuldades, se esforçam e realizam. Também concorda com o conselheiro Carlos que talvez seja interessante montar uma comissão para rever os processos da conferência e que levará essa discussão para a comissão que faz parte. Parabeniza a todos pela conferência e se coloca contra o machismo e contra o feminismo em excesso e que não concorda com a exclusão dos homens do processo. Aglaé registra em ata os agradecimentos e que a conferência foi muito boa. Agradece à UFRGS e ao Colégio Júlio de Castilhos pelo espaço cedido. Agradece à secretaria, à Escola de Saúde Pública e a todos os parceiros, como comissão de relatoria, empresa e outros. Destaca que o que houve de errado possamos consertar para a Conferência de Vigilância em Saúde. Agradece também às três coordenadoras da conferência que fizeram um ótimo trabalho, com muito esforço. Considera o processo de definição da delegação para a nacional um pouco lento e que isso torna o processo mais caro e que a gente possa ser mais ágil na de Vigilância. Itamar passa para o ponto de pauta sobre a CVS e Camila relata como está o processo. Informa que as reuniões da comissão organizadora estavam ocorrendo a cada 15 dias e que agora serão semanais. Que o Decreto já está quase finalizado, assim como a resolução ou portaria com a nomeação dos membros da comissão organizadora. E que esse documento estava pendente porquê estavam aguardando o representante da Fetag se manifestar sobre a não participação das reuniões da comissão organizadora e da comissão de mobilização, onde estão inseridos, e que hoje conversou com os representantes e que será alterado para a Mara e que ela se comprometeu a acompanhar as reuniões e os processos da CVS. Sobre o documento orientador informou que já tem um documento preliminar que está no site e que ele ainda está em discussão. Relata do Seminário que ocorreu dia 20 de junho, no auditório do MS, que foi de discussão do documento orientador e onde avançaram bastante nas discussões. Ressalta a pouca participação dos conselheiros e que é muito importante o envolvimento de todos para discussão dessas questões de vigilância, pois sempre destacamos a importância da vigilância e da prevenção e precisamos envolver o controle social para esse olhar, visto que, por vezes, essa discussão acaba sendo muito técnica. Lembra que esse documento orientador irá compor os documentos da Conferência Estadual de Vigilância e que devem ser usados apenas como desencadeador das discussões das conferências municipais, juntamente com o caderno orientador nacional que está em formato de perguntas. Informa que o caderno nacional está em 4 eixos e que antes eram oito eixos e que a comissão de formulação irá adaptar o documento estadual também para quatro eixos e que conforme o documento vai tendo novas versões, essas serão divulgadas no site do CES. Destaca que são apenas propostas sugestivas para discussão nos municípios, mas que

os mesmos devem priorizar a discussão das suas realidades. Ana Valls lembra que os delegados do CES são natos, mas que precisam participar de uma conferência municipal. Destaca que é importante o envolvimento de todos e relembra que todos devem fazer a inscrição para a estadual. Alfredo fala que a Comissão de Comunicação da CVS RS está com a arte pronta para passar para a comissão organizadora e Camila informa que isso ocorrerá na reunião da comissão do dia 26 de junho. Zé Hélio informa que nesse mesmo dia 26 de junho também haverá reunião da comissão da conferência municipal de vigilância em saúde de POA e que todos podem participar. Carlos Correa Martins ressalta que os municípios tem dificuldades para a realização das conferências e que é preciso auxiliar. Aglaé complementa que o passo a passo para fazer a conferência irá auxiliar os municípios e Camila informa que está em elaboração pela comissão de comunicação e que em breve estará no site do CES e será repassado para os municípios por e-mail. Itamar ressalta da importância da discussão desses temas que envolvem a vigilância. Marilina, do CEVS, destaca que é importante que os municípios discutam suas realidades, como o dia a dia das pessoas, a terceirização e o financiamento e complementa informando que o documento orientador estadual está em elaboração. Stênio alerta para o cuidado que devemos ter com relação ao papel da ANVISA, que não seja arrecadatório e nem de liberação de venenos. Itamar finaliza esse ponto destacando que é fundamental a participação e o envolvimento de todos. No relato de comissões, Itamar relembra que dia 29 de junho terá a oficina de Educação Permanente às 13:30 aqui no CES. Carlos Corrêa Martins adverte que está havendo marcação de muitas coisas nas quintas feiras e que isso vem prejudicando a comissão de saúde mental do CES que se reuniu nessas datas e solicita que seja revisto. Karol também chama a atenção para isso. Camila esclarece que é colocado nas quintas feiras para maior participação dos conselheiros, que em geral já deixam essa data reservada para o CES e que a marcação, em geral, passa pela plenária. Stênio informa que a Comissão de Etnias fará um evento sobre anemia falciforme e que o CES será informado para que convide a todos. Tem data prevista para setembro e que o CES é parte desse processo. Zé Hélio relata que não há mais a comissão de assistência farmacêutica e que quando existia dava muito apoio para as outras comissões, principalmente a de HIV. Relata que estão com muitas dificuldades e questionam o que está ocorrendo com a falta de medicamentos e de exames na Rede e que devemos discutir esse tema e a falta da comissão de assistência farmacêutica. Itamar solicita que as informações dadas pelo Stênio e pelo Zé Hélio sejam formalizadas para a mesa diretora. Nos assuntos gerais, Karol faz a leitura de um relato do FGSM sobre a desocupação dos lanceiros negros (anexo 2) e solicita providências do Estado e dos órgãos envolvidos. Itamar encaminha para que esse documento seja transformado em moção de repúdio. Stênio defende que o Estado não deveria ter esse posicionamento, que foi uma violência o que fizeram. Coloca que esse é um problema decorrente da elite brasileira e dos órgãos que, através de subsídios, alimentam as desigualdades. Karol faz o relato da violência que foi a desocupação e compara com o que ocorreu no governo Simon, e Zé Hélio complementa que relembra a ditadura. Itamar encaminha para a votação a transformação em moção de repúdio do relato (anexo 1) e é aprovada com 4 abstenções. João de Deus coloca que o que o Estado fez na desocupação dos lanceiros ocorreu em função, também, da localização central e que isso ocorrerá em outras ocupações e que devemos nos preparar para lutar contra isso. Informa que está preocupado com a redução dos medicamentos e dos exames de carga viral e sugere chamar o Departamento de Assistência Farmacêutica do Estado para dar explicação. Também se coloca à disposição para compor uma futura comissão de assistência farmacêutica. Ana Valls sugere que a comissão de fiscalização possa trabalhar em conjunto com outras comissões e sugere que as comissões solicitem auditorias em algumas áreas para verificação de irregularidades. Relembra a todos que estão trabalhando na avaliação do Relatório de Gestão e que estão fazendo as contribuições. Alfredo ressalta que temos que ficar atentos, porque essa ação contra os lanceiros se repetirá com outros movimentos. Alunos da Univates (Universidade de Lajeado) relatam que tiveram dificuldades para entrar no prédio e participarem da plenária. Fizemos a sugestão de reforçar o aviso na portaria do CAFF sobre as nossas plenárias e que são abertas ao público. Karol parabeniza os professores por levarem os alunos para a plenária e aproveita para fazer um convite que depois será encaminhado ao CES para envio a todos os conselheiros. Nada mais havendo tratar,

Itamar encerra a plenária. Eu, Camila Jacques, lavrei a presente ata, complementada por Valdirene Corrêa que, após leitura e aprovação, será assinada pela Mesa Diretora. Porto Alegre, 22 de junho de 2017.

Claudio Augustin  
Presidente do CES/RS

Itamar Silva Santos  
Vice Presidente do CES/RS

Fabiana Andressa  
Coordenadora do CES/RS

Denise Cruz  
Coordenadora do CES/RS

Lotário Schlindwein  
Coordenador do CES/RS

Camila Jacques  
Coordenadora do CES/RS

Jairo Francisco Tessari  
Coordenador do CES/RS

Aglaé Regina da Silva  
Coordenadora do CES/RS

## **ANEXO 1**



### **ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE**

No dia 22 de junho do corrente, os conselheiros e as conselheiras do Conselho Estadual de Saúde do Rio Grande do Sul presentes na Plenária Ordinária assinam esta moção de repúdio pelos atos praticados pelo Estado quando da desocupação ocorrida no dia 14 de junho de 2017 na Ocupação Lanceiros Negros, na área do Centro Histórico desta capital. Enquanto representantes do controle social e imbuídos do espírito de afirmação da vida e dos direitos humanos, repudiamos veementemente os fatos ocorridos e aguardamos que todas as providências legais sejam tomadas na perspectiva de reparação das famílias atingidas dos danos causados, física, patrimonial e emocionalmente, assim como a responsabilização dos entes envolvidos em tamanho ato de crueldade e desrespeito à vida humana. Segue, de forma sintética os dados do ocorrido:

Na noite fria do dia 14 de junho de 2017, véspera de feriado de Corpus Christi, ocorreu a criminosa ação de reintegração de posse do prédio então ocupado pelos Lanceiros Negros, que já estavam habitando este local desde 2015. O prédio, que pertence ao estado do Rio Grande do Sul, estava desocupado e sem fim social há mais de dez anos. Sem mais condições de aguardar pelo acesso a moradia digna, política não priorizada por este governo e tantos outros, o grupo resolveu reabilitar este prédio literalmente entregue aos ratos no centro da cidade. Entraram, arrumaram, fizeram divisórias que permitiram que um grupo de pessoas pudesse ali residir e resistir. Este local passou a ser o endereço de todos eles, sua casa, ponto de ancoragem. Um lugar pra descansar, para morar, para constituir um lar e que permitiu a eles organizarem suas vidas, trabalhar, criar seus filhos. O curso das histórias seguiu e as pessoas puderam se concentrar em outros projetos, permitindo sonhar uma outra vida. Mas todos estes planos foram desmantelados nessa noite quando, de forma truculenta, a medida de reintegração de posse foi executada pelo estado.

Sirenes, gás, bombas, tiros de balas de borracha e um cerco de policiais militares do Choque davam a dimensão do grau de truculência com que o estado executou tal ordem. Justamente no mesmo dia, acontecia uma audiência pública na Assembléia Legislativa (AL) sobre a situação da Ocupação dos Lanceiros Negros. O presidente da Comissão de Direitos Humanos da AL que presidia a audiência, Dep. Jeferson Fernandes, resolveu finalizar a mesma em frente ao prédio da ocupação e alguns participantes se dirigiram para lá. Ao chegarem foram surpreendidos pelo Choque que já estava posicionado na frente do prédio. Dentro do prédio os moradores se organizaram na perspectiva de proteger seus filhos, levando-os para a sala que consideravam mais segura para ver um filme. O presidente da Comissão, do lado de fora, tentou argumentar com o comando na cena, mas não obteve êxito. Juntamente com outras pessoas se posicionaram em frente a entrada do prédio tentando proteger com o próprio corpo as pessoas que eram alvo da operação. Proteger com o corpo especialmente as crianças e adolescentes, que chamam este espaço de casa e as pessoas com quem convivem e chamam de família: a grande e valorosa família do movimento de luta por moradia digna. O Deputado em questão foi brutalmente arrastado, apanhou e acabou algemado, teve seus dedos retorcidos para que se calasse, ou seja, foi torturado e levado em um camburão. Assim como Priscila, jovem mulher de luta, que foi arrastada pela policia do choque, apanhou, foi erguida no ar, meio pela mochila, meio pelos cabelos, algemada e arrastada a um camburão no qual rodou por quase duas horas sofrendo forte violência psicológica e sem saber o que se passava com seus companheiros, com sua família que ficou no prédio da ocupação.

Enquanto isso, a porta antiga de ferro trabalhado foi arrancada por um caminhão de reboque. Bombas e mais gás foram lançados para dentro do prédio. As pessoas que estavam lá dentro já não conseguiam respirar. Sentindo a tensão no ar e o nível de violência da polícia, estes pais e mães trabalhadores resolveram se render e sair do prédio para proteger seus filhos, sua família. A polícia de Choque entrou e começou a remover as pessoas que eram apressadas a retirar seus pertences, escolhendo o que era essencial, pois tudo tinha que ser muito rápido. Mas como é possível escolher o que é essencial para levar? Como deixar pra trás parte da vida

sem sentir dor?

Foi-lhes prometido um local melhor para residirem transitoriamente enquanto sua situação de moradia não se resolvesse, o Centro Vida, apelidado pelos Lanceiros, de Centro Morte, pois o local não tinha água, não tinha luz, um pavilhão sem divisórias e que não apresentava qualquer condição de abrigar as pessoas. Sem falar que ao chegarem foram informados que o prazo para deixar o Centro Vida/Morte era de 48h!

A cena da saída das pessoas levando seus pertences, arrastando atrás de si as memórias de sua vida, foi de rasgar o peito. Indígenas levavam plantas e material de artesanato, crianças perguntavam se poderiam levar seus livros, seu patinete e até mesmo o ursinho de pelúcia. As famílias eram informadas de que só poderiam levar o que conseguissem carregar sozinhos. Uma mãe com os seus filhos pensa na vida pra levar e carrega seu fogão de quatro bocas, pensando em como trazer a geladeira. São economias feitas com muito esforço, também muitos objetos foram doados. Como recomeçar? De onde tirar dinheiro para repor todos estes objetos. Fica o ursinho e o patinete, vai a geladeira enquanto os guardas ordenam: depressa! Alguns foram para casa de amigos, ou parentes outros tantos foram para a Ocupação de Mulheres Mirabal. Mas todos ainda permanecem sem casa.

A desocupação ocorreu no início da noite, segundo a informação da Brigada, para não atrapalhar a vida da cidade. Chegaram antes mesmo da presença do oficial de justiça que não leu a ordem de despejo. Assim como não havia representantes do conselho tutelar na cena até aproximadamente 23 horas. Assim como não havia plano de moradia transitória para todas as famílias. Elas simplesmente foram colocadas na rua junto com seus pertences. O uso da violência foi absolutamente desproporcional neste evento, assim como as bombas, o uso do gás de pimenta, as balas de borracha, mesmo sabendo que haviam crianças e adolescentes dentro do prédio. O constrangimento verbal das pessoas e o uso da força envergonham qualquer cidadão.

Esperamos que sejam apuradas com rigor as ações truculentas empregadas nesta desocupação, como em tantas outras sem visibilidade por não estarem no centro da cidade, as irregularidades de procedimento

autorizadas pelo judiciário e demais entes que se envolveram neste ato. Esperamos também retratação do Governo do Estado do Rio Grande do Sul, assim como medidas efetivas para garantir acesso a moradia como política pública.

Parece-nos ilógico, absurdo e criminoso que o Rio Grande do Sul não aprenda com seus erros e repita o Massacre dos Porongos depois de 173 anos.

Nós, Conselheiros e Conselheiras do Conselho Estadual de Saúde do Rio Grande do Sul, que assinamos esta nota, repudiamos toda e qualquer forma de ação higienista, o uso da violência, a prévia criminalização das pessoas e a falta de políticas públicas que atendam as demandas das populações, em especial as mais carentes.

Justiça para todas as famílias que forma vítimas desta violência desmedida.

Somos todos Lanceiros Negros!

Porto Alegre, 22 de junho de 2017.

## ANEXO 2



Na noite fria do dia 14 de junho de 2017, véspera de feriado de Corpus Christi, ocorreu a criminosa ação de reintegração de posse do prédio então ocupado pelos Lanceiros Negros, que já estavam habitando este local desde 2015. O prédio, que pertence ao estado do Rio Grande do Sul, estava desocupado e sem fim social há mais de dez anos. Sem mais condições de aguardar pelo acesso a moradia digna, política não priorizada por este governo e tantos outros, o grupo resolveu reabilitar este prédio literalmente entregue aos ratos no centro da cidade. Entraram, arrumaram, fizeram divisórias que permitiram que um grupo de pessoas pudesse ali residir e resistir. Este local passou a ser o endereço de todos eles, sua casa, ponto de ancoragem. Um lugar pra descansar, para morar, para constituir um lar e que permitiu a eles organizarem suas vidas, trabalhar, criar seus filhos. O curso das histórias seguiu e as pessoas puderam se concentrar em outros projetos, permitindo sonhar uma outra vida. Mas todos estes planos foram desmantelados nessa noite quando, de forma truculenta, a medida de reintegração de posse foi executada pelo estado.

Sirenes, gás, bombas, tiros de balas de borracha e um cerco de policiais militares do Choque davam a dimensão do grau de truculência com que o estado executou tal ordem. Justamente no mesmo dia, acontecia uma audiência pública na Assembleia Legislativa (AL) sobre a situação da Ocupação dos Lanceiros Negros. O presidente da Comissão de Direitos Humanos da AL que presidia a audiência, Dep. Jeferson Fernandes, resolveu finalizar a mesma em frente ao prédio da ocupação e alguns participantes se dirigiram para lá. Ao chegarem foram surpreendidos pelo Choque que já estava posicionado na frente do prédio. Dentro do prédio os moradores se organizaram na perspectiva de proteger seus filhos, levando-os para a sala que consideravam mais segura para ver um filme. O presidente da Comissão, do lado de fora, tentou argumentar com o comando na cena, mas não obteve êxito. Juntamente com outras pessoas se posicionaram em frente a entrada do prédio tentando proteger com o próprio corpo as pessoas que eram alvo da operação. Proteger com o corpo especialmente as crianças e adolescentes, que chamam este espaço de casa e as pessoas com quem convivem e chamam de família: a grande e valorosa família do movimento de luta por moradia digna. O Deputado em questão foi brutalmente arrastado, apanhou e acabou algemado, teve seus dedos retorcidos para que se calasse, ou seja, foi torturado e levado em um camburão. Assim como Priscila, jovem mulher de luta, que foi arrastada pela polícia do choque, apanhou, foi erguida no ar, meio pela mochila, meio pelos cabelos, algemada e arrastada a um